

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2019

1 -PREÂMBULO

1.1- A Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Praça Paulino Granzotto,20, Centro, nesta Cidade, através de seu Prefeito, Sr. **João Cidinei da Silva, TORNA PÚBLICO** que, em obediência às disposições da Lei nº 8.987/95 e suas alterações posteriores, fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MAIOR OFERTA MENSAL**, no dia 17 de Setembro, objetivando a outorga da permissão de uso das instalações superiores do Ginásio de Esportes José Pereira Neves, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2- O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, contendo, respectivamente a documentação de habilitação e a proposta dos interessados, dar-se-á até às **13:00** do dia **17 de Setembro**, no Departamento de Compras do Município, situado na Praça Paulino Granzotto,20, Centro, nesta cidade.

1.3- O início da abertura dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às **13:10** do dia 17 de Setembro, na Sala de Licitações da Prefeitura de Anita Garibaldi, localizada no endereço indicado no **subitem 1.2**. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do **anexo “B”** deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 - PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

2 – DO OBJETO

2.1- A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para a outorga de permissão de uso das instalações do Ginásio de Esportes José Pereira Neves (quadra de esportes e bar), localizado na Av. Eduardo Salmória, s/n, resguardando a necessidade de uso alternado entre a empresa permissionária e a Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar todas as empresas que cumprirem os requisitos previstos neste Edital.

3.2- Não poderão participar da presente licitação empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1- com falência decretada ou concordatária;

3.2.2 - em consórcio.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES Nº 01 E Nº 02 E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os Envelopes nº01 e nº02 contendo respectivamente a documentação e a proposta, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITA GARIBALDI
CONCORRÊNCIA Nº 001/2019
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITA GARIBALDI
CONCORRÊNCIA Nº 001/2019
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA PROPONENTE: (RAZÃO
SOCIAL)**

4.2 - Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma Carta de Credenciamento, conforme modelo sugestivo constante do **anexo "A"** deste Edital, a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações na data de abertura dos Envelopes nº 01, ou apresentar procuração devidamente formalizada em cartório.

4.3 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no **subitem 1.2** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi e a Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no **subitem 1.2** deste Edital, no Departamento de Compras da Prefeitura de Anita Garibaldi.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

5.1 - O envelope 01, contendo a documentação relativa à habilitação deverá conter:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- b) No caso de firma individual: inscrição comercial, como prova de registro na junta comercial ou repartição correspondente (podendo este documento ser substituído pela respectiva Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado);
- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguro Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD/EN do INSS);
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais,

instituídos por Lei;

- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VI-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);
- g) Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede da licitante;
- h) **Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente**, conforme modelo constante do **Anexo “C”**.

5.2 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.3 - No caso de serem apresentados documentos relativos à regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93) ou certidão negativa de e falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial sem menção expressa do prazo de validade, será automaticamente adotado o prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão.

6 – DA PROPOSTA

6.1 - O envelope 02 - PROPOSTA deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- b) Número desta Concorrência;
- c) Valor mensal ofertado pela outorga da permissão objeto deste certame, em algarismos e por extenso;
- d) Local, data, assinatura e identificação (nome, RG e CPF) do representante legal da licitante.

6.2 - As ofertas deverão ser expressas em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

6.3 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 02. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

7 - DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

7.1 - A presente Concorrência será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

7.2 - No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem no ato, a comissão iniciará os trabalhos, examinando os envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, os quais serão rubricados pelos seus membros e representantes presentes, procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO.

7.3 - Os envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO serão abertos sendo que os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos proponentes ou seus representantes credenciados.

7.4 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no **item 5** deste Edital, ou que apresentarem documentos rasurados ou com prazo de validade vencido na data da abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, ou ainda os proponentes que apresentarem seus documentos de forma diversa da estabelecida nos **subitens 5.2 e 5.3** deste Instrumento Convocatório.

7.5 - Os envelopes nº 02 – PROPOSTA, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.6 - Serão abertos os envelopes 02 - PROPOSTA, contendo as propostas de preços dos proponentes habilitados, desde que tenha havido renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o art. 109, inc. I “a” da Lei 8.666/93, através da assinatura na Ata, ou Termo de Renúncia (modelo constante do **anexo “B”** deste Edital). Caso contrário, a data da abertura será comunicada diretamente às proponentes (podendo tal intimação ocorrer através de publicação na imprensa oficial) após julgado o recurso interposto, ou decorrido o prazo sem interposição de recursos.

7.7 - Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

7.8 - Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos estabelecidos nos **subitens 6.1 e 6.2** deste instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com os requisitos deste Edital.

7.9 - As propostas que apresentarem erros manifestos de cálculos serão corrigidas automaticamente pela Comissão.

7.10 - Será efetuado o julgamento e a classificação das propostas de acordo com o estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.11 - Da(s) sessão(ões) de abertura e apreciação de envelopes será(ão) lavrada(s) ata(s) circunstanciada(s) a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da(s) mesma(s), ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido, como os que mesmo tendo comparecido não consignarem em ata os seus protestos.

7.12 - Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 - As propostas dos proponentes julgados habilitados serão classificadas pela ordem decrescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor aquele que apresentar a **MAIOR OFERTA MENSAL** pela outorga da permissão de uso prevista no subitem 2.1 deste Edital, nos termos do art. 15, inc. II da Lei Federal nº8.987/95.

8.2 - Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará por sorteio, em ato público, na sessão de julgamento e classificação das propostas, nos termos do art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/93.

8.3 - Ressalvado o disposto no subitem 7.9, havendo discrepância entre os valores grafados em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.4 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não obedecerem as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) Tiverem seus preços baseados nos de outras propostas;
- c) Não estiverem assinadas pelo representante legal ou autorizado;
- d) Apresentarem ofertas com valores inferiores à oferta mínima estabelecida no **subitem 9.1**

deste Edital;

- e) Apresentarem ofertas manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos desta licitação.

9 - DO VALOR MÍNIMO DA REMUNERAÇÃO DA PERMISSÃO

9.1 - O valor mensal mínimo estipulado pela Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi para a outorga da permissão de uso, objeto deste certame, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

9.2 - Os preços a serem cobrados pelos alugueis da quadra serão estabelecidos mediante acordo entre a permissionária e a Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi.

10 - DO PRAZO DA PERMISSÃO

10.1 - O prazo de vigência da permissão de uso de imóvel, objeto desta licitação, será de 1 (um) ano, contados a partir da data da assinatura do respectivo Termo de Permissão de Uso (minuta constante do **anexo "C"** deste Edital).

10.1.1 - O Termo de Permissão de Uso decorrente deste certame terá caráter de precariedade, nos termos do disposto no Art. 40, *caput*, da Lei Federal nº 8.987/95, podendo a Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi rescindi-lo unilateralmente a qualquer tempo.

11 – DOS REAJUSTES

11.1 - O valor mensal da permissão de uso, proposto pela concorrente vencedora desta licitação, será reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP-DI, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, sendo que a primeira revisão se dará 12 (doze) meses após a data prevista para a entrega do envelope contendo a proposta de preços e as demais sucessivamente a cada 12 (doze) meses.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento do valor proposto pela licitante vencedora deverá ser efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de referência para cobrança, mediante depósito identificado em conta corrente da PERMITENTE.

12.1 - A PERMISSIONÁRIA deverá apresentar cópia autenticada dos comprovantes de depósito a que se refere o item 12.1 à PERMITENTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a realização de cada operação de depósito.

13 - DAS OBRIGAÇÕES E RESTRIÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

13.1 - A Permissionária fica obrigada a:

13.1.1 - Adquirir e instalar todos os móveis, eletrodomésticos e utensílios necessários ao pleno atendimento do público consumidor, inclusive os equipamentos necessários para o depósito de alimentos ou bebidas.

13.1.2 - Manter o imóvel em perfeitas condições de uso, higienização e conservação (bar).

13.1.3 - Respeitar especificamente o ramo de atividade liberado para exploração.

13.1.4 - No término da vigência do Termo de Permissão, entregar o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu.

13.1.5 - Responsabilizar-se por todos os ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária e securitária.

13.1.6 - Cumprir todas as normas da Vigilância Sanitária.

13.1.7 - Solicitar, por escrito, à Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Turismo qualquer alteração no espaço físico da sala (bar).

13.2– Fica vedado à Permissionária:

13.2.1 – Instalar máquinas de jogos eletrônicos.

13.2.2 – Fazer uso do espaço para jogos de azar.

13.2.3 – Realizar ou incentivar qualquer manifestação de caráter político-partidária, religiosa ou racial.

13.2.4 - Fica expressamente vedada à permissionária a subcontratação, associação, cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação, total ou parcial, do objeto da presente licitação.

14- DOS RECURSOS

14.1 - Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso Administrativo, nos termos do art. 109 da Lei nº. 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

15- DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1 - A comissão de licitação fará a adjudicação à proponente classificada em primeiro lugar, sendo que caberá a Autoridade Competente a decisão sobre a homologação do procedimento.

15.2 - Após o procedimento acima descrito, a adjudicatária será convocada a assinar o Termo de Permissão de Uso (minuta constante do **anexo “D”** deste Edital) dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após a convocação formal, junto ao Departamento de Compras da

Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi. Decorrido o prazo acima estipulado, se a adjudicatária não aceitar ou retirar o instrumento contratual, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

15.3 - A Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi poderá, quando o convocado não assinar o Termo de Permissão de Uso no prazo e condições estabelecidas neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº. 8.666/63 e suas posteriores alterações.

16- DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 - A inexecução total ou parcial do Termo de Permissão de Uso decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos art.º s. 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba a permissionária direito a qualquer indenização.

16.2 - A rescisão contratual poderá ser:

16.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº.8.666/93.

16.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

17- DAS PENALIDADES

17.1 - Pela inexecução total ou parcial do Termo de Permissão de Uso decorrente desta licitação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à permissionária, as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida.

17.2- A multa prevista no item 17.1 não tem caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento dela não exime a permissionária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3543-0191, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

18.2 - A fiscalização da implantação e da execução do objeto da presente licitação, bem como da prestação dos serviços correspondentes, serão de inteira competência da Administração Municipal de Anita Garibaldi.

18.3 - A permissionária não poderá ceder ou transferir, a qualquer título, seu controle societário, ou a permissão, sem a prévia anuência da Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi,

sob pena de caducidade da permissão e será ela (permissionária) a única responsável pelos encargos diretos ou indiretos, da permissão, tributários, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, decorrentes de acidente de trabalho ou outros danos causados por seus prepostos ou terceiros durante a execução do objeto desta licitação, não podendo por estes requerer acréscimos ou alegar solidariedade ou subsidiariedade da Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi.

18.4 - Os termos dispostos neste Edital, as Cláusulas e condições contratuais e as constantes dos demais anexos completam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões. Dessa forma, todos os Anexos integram o Edital como se nele transcritos, valendo suas condições e estipulações como normas para o procedimento e para a execução do objeto contratual.

18.5- Como ato precário, a permissão de uso objeto desta licitação poderá ser extinta pela Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi a qualquer tempo, desde que devidamente justificada por motivo de interesse público, e nas hipóteses previstas no artigo 35 da Lei nº. Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

18.6- As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único, do artigo 97, da Lei nº. 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal.

18.7 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações à luz das disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis.

18.8 - A participação na presente licitação implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e suas condições e ao que dispõe a legislação pertinente.

18.9 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Anita Garibaldi, SC.

19- DOS ANEXOS DO EDITAL

21.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
- b) MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO;
- c) MINUTA DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO.

Anita Garibaldi, SC, 13 de Agosto de 2019.

João Cidinei da Silva
Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 001/2019

ANEXO “A”

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi, SC

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Cédula de identidade nº e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade CONCORRÊNCIA Nº 001/2019, instaurado pela Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi.

Na qualidade de representante legal da empresa, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Local, _____ de _____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

CONCORRÊNCIA Nº 001/2019

ANEXO “B”

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi, SC

**TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO
DA FASE DE HABILITAÇÃO**

A proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade CONCORRÊNCIA Nº 001/2019, da Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi, através de seu representante legal, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta dos proponentes habilitados.

Local, _____ de _____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

CONCORRÊNCIA Nº 001/2019

ANEXO "C"

MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO

CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº ____/2019

CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DAS INSTALAÇÕES GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES JOSÉ PEREIRA NEVES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITA GARIBALDI E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITA GARIBALDI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.335/0001-85, com sede na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **João Cidnei da Silva** portador da Cédula de Identidade nº 2.706.583-9 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob nº. 827.958.519-20, doravante denominada simplesmente **PERMITENTE**, e do outro a empresa _____, inscrita no CNPJ- MF sob o nº _____, com sede na _____, representada neste ato, pelo seu _____, Senhor _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **PERMISSIONÁRIA**, acórdão e ajustam firmar o presente instrumento de contratação nos termos da Lei nº 8.987/95 de 13 de fevereiro de 1995 e suas posteriores alterações, e da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, vinculado à proposta apresentada pela PERMISSIONÁRIA e ao Processo Licitatório nº 050/2019, modalidade Concorrência nº 001/2019, bem como às cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a outorga de permissão de uso das instalações do Ginásio de Esportes José Pereira Neves, compreendendo a quadra de esportes e o bar, resguardando a necessidade de uso alternado entre a PERMISSIONÁRIA e a PERMITENTE.

1.1.1. Integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta da CONTRATADA e o Edital de Concorrência nº 001/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO IMÓVEL

2.1. O imóvel objeto deste termo compõe-sede:

- a) 01 (uma) quadra de esportes poliesportiva, totalmente cercada por tela protetora;
- b) 01 (um) bar, nas dimensões aproximadas de 4,85m x3,35m.

2.2. Todos os bens e equipamentos indicados no item 2.1 e seus subitens serão revertidos ao patrimônio da PERMITENTE por ocasião da extinção da permissão, objeto deste Termo, em perfeito estado de funcionamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da permissão de uso, objeto deste Termo, é de 1 (um) ano consecutivo, contado a partir da data da assinatura deste instrumento.

3.1.1. Este Termo de Permissão de Uso possui caráter de precariedade, nos termos do disposto no Art. 40, *caput*, da Lei Federal nº 8.987/95, podendo a PERMITENTE rescindi-lo unilateralmente a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO DA PERMISSÃO

4.1. Pela outorga da Permissão de Uso, objeto deste termo, a PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente à PERMITENTE o valor de R\$ _____(____).

4.2. O pagamento do valor mencionado no item 4.1 deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de referência, mediante depósito identificado em conta corrente da PERMITENTE.

4.2.1. A PERMISSIONÁRIA deverá apresentar cópia autenticada dos comprovantes de depósito a que se refere o item 4.2 à PERMITENTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a realização de cada operação de depósito.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES

5.1. O valor mensal pago pela permissão de uso, citado no item 4.1 da Cláusula Quarta deste termo, será reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP-DI, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, sendo que a primeira revisão se dará 12 (doze) meses após a data prevista para a entrega dos envelopes contendo as propostas de preços e as demais sucessivamente a cada 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE

6.1. A PERMITENTE deverá:

6.1.1. Efetuar as reservas da quadra com antecedência mínima de 24 horas para eventos oficiais ou programados pela Comissão Municipal de Esportes;

6.1.2. Determinar a Planilha de treinos da CME – Comissão Municipal de Esportes;

6.1.3. Autorizar a cedência para utilização pelas entidades do Município, para realização de Eventos;

6.1.4. Realizar a manutenção dos equipamentos e parte física do Ginásio de Esportes José Pereira Neves, sendo quadra, rede hidráulica e elétrica, banheiros, vestiários, cobertura, aberturas e outros que estejam incorporados ao patrimônio Público Municipal;

6.1.5. Efetuar mensalmente o lançamento e cobrança do valor estabelecido no subitem 4.1 da Cláusula Quarta do presente Contrato;

6.1.6. Fiscalizar o atendimento das normas de Postura e demais normas legais pela

PERMISSIONÁRIA;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

7.1. A PERMISSIONÁRIA deverá:

7.1.1. No exercício das funções decorrentes da permissão de uso, objeto deste termo, prestar serviço adequado aos usuários, entendendo-se como serviço adequado aquele que satisfizer as necessárias condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade dos custos.

7.1.2. Efetuar a limpeza do Ginásio caracterizado na Cláusula Primeira – do Objeto do presente Contrato, dando plenas condições para a prática esportiva e demais eventos: limpeza diária da quadra com varrição e pano úmido, limpeza das arquibancadas, banheiros e vestiários no mínimo três vezes por semana (varrição, pano úmido e utilização de produtos de limpeza adequados para garantir higiene e ambiente agradável); limpeza mensal dos vidros das janelas e portas;

7.1.3. Adquirir o material de limpeza para realização da limpeza prevista no inciso anterior e fornecimento de papel higiênico.

7.1.4. Controlar e cumprir os horários de uso do Ginásio caracterizado na Cláusula Primeira – do Objeto do presente Contrato, conforme estabelecidos pelas normas e legislação pertinente. Indicar preposto para acompanhar a utilização do espaço nos horários comercializados, de modo a garantir a preservação e o bom uso do espaço público.

7.1.5. Reparar qualquer dano causado à estrutura física e/ou equipamentos instalados, ocorridos durante os horários comercializados.

7.1.6. Isentar o PERMITENTE de qualquer pagamento pela utilização do Ginásio caracterizado na Cláusula Primeira – do Objeto do presente Contrato, nos casos previstos na Cláusula Sexta do presente Contrato.

7.1.7. Explorar o bar do Ginásio caracterizado na Cláusula Primeira – do Objeto do presente Contrato com equipamentos, móveis, utensílios de sua propriedade.

7.1.8. Isentar o PERMITENTE por qualquer ônus, direito ou obrigações, vinculações as legislações tributárias, trabalhistas, providenciária ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à PERMISSIONÁRIA.

7.1.9. Não efetuar cobrança pela utilização da quadra valores superiores a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por horário.

7.1.10. Efetuar o pagamento mensal do valor estabelecido no subitem 4.2. da Cláusula Quarta do presente Contrato.

7.1.11. Ceder ao PERMITENTE, os horários estabelecidos nos casos previstos na Cláusula Sexta do presente Contrato.

7.1.11.1. Os valores previstos no subitem 7.1.8 da presente Cláusula será reajustado anualmente, mediante acordo entre a PERMITENTE e a PERMISSIONÁRIA.

7.1.11 Adquirir e instalar todos os móveis, eletrodomésticos e utensílios necessários ao pleno atendimento do público consumidor, inclusive os equipamentos necessários para o

depósito de alimentos ou bebidas.

7.1.12. Manter o imóvel em perfeitas condições de uso, higienização e conservação (bar).

7.1.13. Respeitar especificamente o ramo de atividade liberado para exploração.

7.1.14. No término da vigência do Termo de Permissão, entregar o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu.

7.1.15. Responsabilizar-se por todos os ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária e securitária.

7.1.18 Cumprir todas as normas da Vigilância Sanitária.

7.1.19 - Solicitar, por escrito, à Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Turismo qualquer alteração no espaço físico da sala(bar).

7.2. Fica vedado à Permissionária:

7.2.1. Instalar máquinas de jogos eletrônicos.

7.2.2. Fazer uso do espaço para jogos de azar.

7.2.3. Realizar ou incentivar qualquer manifestação de caráter político-partidária, religiosa ou racial.

7.2.4. Fica expressamente vedada à permissionária a subcontratação, associação, cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação, total ou parcial, do objeto da presente licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A PERMISSONÁRIA se sujeita à fiscalização, por parte da PERMITENTE, de suas atividades no exercício do objeto deste Termo.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. A inexecução total ou parcial deste Termo de Permissão de Uso ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à PERMISSONÁRIA direito a qualquer indenização.

9.1.1. A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

b) Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a PERMITENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial deste Termo de Permissão de Uso, a PERMITENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PERMISSIONÁRIA, as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida.

10.1.1. A multa prevista no item 10.1 não tem caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento dela não exime a PERMISSIONÁRIA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à PERMITENTE ou ao Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. A PERMISSIONÁRIA não poderá ceder ou transferir, a qualquer título, seu controle societário, ou a permissão, sem a prévia anuência da PERMITENTE, sob pena de caducidade da permissão e será ela (PERMISSIONÁRIA) a única responsável pelos encargos diretos ou indiretos, da permissão, tributários, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, decorrentes de acidente de trabalho ou outros danos causados por seus prepostos ou terceiros durante a execução do objeto deste termo, não podendo por estes requerer acréscimos ou alegar solidariedade ou subsidiariedade da PERMITENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. A PERMITENTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente Termo de Permissão de Uso, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

13.1. A PERMISSIONÁRIA assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da aquisição de materiais e equipamentos necessários ao cumprimento do presente contrato. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados a PERMITENTE ou a terceiros.

13.2. A PERMITENTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária e outros decorrentes da execução do presente Termo, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PERMISSIONÁRIA.

13.3. A PERMITENTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela PERMISSIONÁRIA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da PERMISSIONÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

14.1. Os casos omissos ao presente Termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 8.987/95, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Anita Garibaldi, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Anita Garibaldi, SC, _____ de _____ de 2019.

Proprietário

Prefeito Municipal

Testemunhas:

01.

Nome:

CPF:

02.

Nome:

CPF: